

CONCURSO PÚBLICO TRIUNFO 09/07 TARDE MÉDIO



FISCAL DE PATRIMÔNIO

80 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de **ELIMINAÇÃO** do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 60)**

Julgue os itens que se seguem.

01. Ouvir é uma atitude ética, pois expressa respeito pela opinião do outro.
02. Comunicar e tomar providências cabíveis nos casos de irregularidades constatadas de bens patrimoniais é uma forma de reduzir a capacidade de prevenção contra furtos de uma instituição pública.
03. A empatia é uma característica relevante no atendimento ao público, pois favorece o entendimento do que o usuário dos serviços deseja, melhora a interação entre as pessoas e torna o atendimento mais agradável.
04. Manter atualizado o registro dos bens patrimoniais de uma instituição pública – garantindo que as informações sobre características, valor e local do bem estejam devidamente registrados em planilhas ou softwares específicos – é uma forma de reduzir o risco de furtos, desvios, perdas e danos aos bens patrimoniais do Município.
05. No contexto da comunicação organizacional, um emissor ou remetente é quem recebe uma mensagem.
06. A publicidade de qualquer ato administrativo constitui um requisito de eficácia e de moralidade.
07. O Código Penal, em seu Art. 155, § 3º, afirma que, na prática de furto, a energia elétrica ou qualquer outro bem que tenha valor econômico não se equipara ao conceito de “coisa móvel” descrito na referida Lei.
08. Capacitar os servidores públicos municipais em relação às práticas e processos de atendimento ao usuário é uma forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.
09. É dever do Fiscal de Patrimônio manter-se atualizado com as instruções e as normas do órgão onde exerce suas funções, assim como deve buscar aperfeiçoar seus conhecimentos com o objetivo de demonstrar eficiência e eficácia no seu trabalho.
10. A qualidade de vida no trabalho não possui relação com o bem-estar das pessoas no local onde realizam suas atividades profissionais.
11. Manter o controle da distribuição dos bens patrimoniais – seja com registro em planilhas ou softwares sobre a origem e o destino dos bens móveis, equipamentos e materiais do Município – é uma forma de mitigar o risco de furtos, desvios e perdas patrimoniais na Administração Pública.
12. A legislação brasileira determina que toda pessoa tem direito à verdade. Esse princípio legal e ético parte da premissa de que o Estado deve exercer seu papel sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão e da mentira.
13. Uma forma de reduzir ou prevenir furtos de bens na Administração Pública é realizar a inspeção dos bens patrimoniais regularmente, verificando, inclusive, as condições de conservação de cada equipamento, material ou bem móvel e seu número de tombamento (código do patrimônio).
14. Os riscos de desconformidade na gestão patrimonial surgem quando alguma legislação é respeitada.
15. Realizar o cadastramento e o tombamento dos bens patrimoniais – incluindo móveis, computadores, aparelhos de ar-condicionado, veículos, obras de arte e outros – é uma forma de prevenir e reduzir o risco de furtos nas entidades da Administração Municipal.
16. Todo servidor público que lida com usuários dos serviços públicos municipais, no seu cotidiano, deve transmitir confiança e atuar com qualidade no desempenho de suas atividades na organização.
17. De acordo com o Art. 155, § 1º, do Código Penal, a prática de furto terá a pena reduzida em um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.
18. Caracteriza furto a prática de subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, conforme disposto no Art. 5º, Parágrafo Único, do Código Penal.
19. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que é plena a liberdade de associações para quaisquer fins. O texto constitucional afirma ainda que é obrigatória a associação do indivíduo às entidades para que possa gozar dos direitos sociais e políticos.
20. Os riscos de crimes contra o patrimônio englobam apenas crimes com ameaça física.

21. Os riscos sociais são problemas que envolvem pessoas ou afetem a relação da instituição com a sociedade e os usuários dos serviços.
22. O furto qualificado, à luz do Código Penal, acarretará pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime for cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.
23. Sociabilidade é a capacidade de se preocupar com o bem-estar do outro e com o seu próprio. Significa tratar as pessoas com naturalidade, sem ideias preconcebidas. Demonstrar sociabilidade é uma forma de promover boas relações humanas no trabalho.
24. Compete a todo Fiscal de Patrimônio demonstrar em sua conduta cotidiana uma grande afinidade com os princípios da moralidade e da legalidade.
25. Para proporcionar um atendimento de excelência, é necessário suprir as expectativas e satisfazer as necessidades dos usuários dos serviços públicos.
26. A Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que um mandado arbitrário e injustificado de prisão, de detenção ou de exílio apenas deve ser cumprido se for expedido por escrito.
27. O furto qualificado cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração do bem furtado deve ser punido com pena de reclusão de dois a oito semanas, conforme previsto no Código Penal.
28. Uma boa comunicação corporal pode favorecer o atendimento ao público e tornar a experiência do usuário dos serviços mais agradável ao utilizar os serviços de uma organização.
29. O furto qualificado cometido com emprego de chave falsa deve ser punido com multa ou prestação de serviços comunitários, conforme previsto no Art. 21 do Código Penal.
30. Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, conforme determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
31. À luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é restrito aos maiores de 21 anos de idade o reconhecimento da sua personalidade jurídica.
32. Dar e receber feedback é uma prática que deve ser evitada, pois ela prejudica as relações humanas no trabalho.
33. O Fiscal de Patrimônio proativo é aquele que, de modo geral, mantém a qualidade de um agente que se antecipa às diversas tomadas de decisão. Seja com o objetivo de solucionar um problema, de atender um usuário dos serviços ou de solucionar questões sobre um determinado tema.
34. O bom senso é um aspecto característico do atendimento ao usuário dos serviços públicos que permite compreender o que pode e o que não pode ser dito e como se deve conduzir a comunicação com os usuários dos serviços.
35. No contexto da comunicação organizacional, um código é o produto informacional transmitido por uma emissão a um receptor.
36. A Constituição da República Federativa do Brasil determina em seu Art. 5º, inciso II, que, neste país, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
37. Alguns aspectos característicos do atendimento ao usuário dos serviços públicos são indispensáveis para quem atende pessoas, como a resiliência, utilizada no momento de administrar reclamações.
38. O Fiscal de Patrimônio nunca deve tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
39. Os riscos naturais contra o patrimônio de uma instituição pública são causados por desastres naturais – como chuvas fortes, raios, ventos fortes, deslizamento de barreiras, furtos, falta de manutenção, enchentes etc.
40. No contexto da comunicação organizacional, o receptor ou destinatário é o indivíduo que emite a mensagem.
41. A qualidade de vida no trabalho tem a ver com as relações profissionais. Por exemplo, ouvir as pessoas e procurar saber o que elas sentem, querem ou pensam é uma forma de preservar ou melhorar as relações humanas com os demais colaboradores da instituição e, ao mesmo tempo, de promover a qualidade de vida no trabalho.
42. No exercício da sua função, o Fiscal de Patrimônio deve tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, prestando as informações que forem solicitadas e garantindo que os serviços serão prestados com zelo e eficiência.
43. O Fiscal de Patrimônio não deve prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores na instituição onde exerce suas atividades profissionais.
44. Utilizar recursos de informática – como planilhas de Excel, listas de controle e softwares específicos, por exemplo – é uma forma de melhorar o controle sobre os bens patrimoniais do Município, os quais estão sujeitos a furtos, danos e perdas.
45. Compete ao Fiscal de Patrimônio realizar – ou contribuir para a realização – do inventário anual dos bens patrimoniais do Município, pois essa é uma forma de preservar esses bens, prevenir furtos e manter um adequado controle dos bens do Município.
46. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apenas as pessoas que nascem em países com regime democrático e presidencialista são consideradas livres e iguais em dignidade e em direitos.
47. A incapacidade da instituição de expressar informações fidedignas para os tomadores de decisão e de gerenciar seus ativos financeiros constituem formas de atenuar os riscos financeiros.
48. Os atos verificados na conduta do dia a dia de um Fiscal de Patrimônio ou em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
49. Um bom atendimento geralmente está associado à prestação de informações de acordo com as expectativas do usuário dos serviços. Ou seja, quando o usuário obtém uma informação exatamente como ele espera, deseja ou necessita, o serviço público tende a ser bem avaliado.
50. Realizar seguro dos bens patrimoniais do Município é uma forma de reduzir o impacto de potenciais furtos contra o Patrimônio do Município.

51. Perder horários de reuniões, não abrir e-mails ou respondê-los tardiamente, quando a informação já é obsoleta, e fornecer informações incorretas propositalmente para colegas de trabalho são formas de otimizar as relações humanas no trabalho.
52. A proatividade no atendimento ao público depende unicamente da cultura organizacional da instituição onde esse profissional está lotado. Ou seja, essa qualidade depende exclusivamente de como a instituição organiza os seus processos de atendimento.
53. Saber ouvir é considerado uma importante habilidade humana no ambiente de trabalho. Essa habilidade implica dar àquele que fala sua atenção, somada à capacidade de compreensão do que está sendo dito.
54. No contexto da Administração Pública, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui uma ofensa ao Estado.
55. Conforme previsto no Art. 155 do Código Penal, o furto qualificado incorre em pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto ocorrer mediante fraude e for cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático.
56. A cultura organizacional tem pequena relevância na proatividade demonstrada por um profissional que realiza o atendimento ao público de uma instituição da Administração Municipal.
57. É dever do Fiscal de Patrimônio apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
58. O furto qualificado é punido com pena de prisão de 6 (seis) meses ou multa se o crime for cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza, de acordo com o Código Penal.
59. Os riscos operacionais contra o patrimônio são aqueles decorridos de falhas humanas, problemas de infraestrutura ou erros de processo, por exemplo.
60. A cultura organizacional é uma expressão muito comum dentro do contexto dos serviços públicos. Ela se refere ao universo de práticas, crenças, valores, expectativas e normas que são adotados em uma organização pública.
63. Na sentença "Lamentamos sua perda, mas não podemos ajudar, já que é contra o regulamento", há dois desvios quanto à grafia adequada de termos em relação ao contexto.
64. Na sentença "O caju caiu do pé, eu peguei e pús no baú", há dois erros quanto à presença ou ausência de acento gráfico.
65. O Município de Triunfo tem como objetivos fundamentais a dignidade da pessoa humana, segundo a Lei Orgânica do Município de Triunfo.
66. A estudante Mariana está economizando dinheiro para realizar uma viagem dos seus sonhos. Ela decidiu guardar parte do seu salário em uma conta poupança que oferece uma taxa de juros de 1% ao mês. No primeiro dia de cada mês, Mariana faz um depósito de R\$ 500,00. Supondo que ela tenha realizado depósitos nos meses de abril, maio e junho, é correto afirmar que o valor acumulado em sua conta no dia 1 de junho, após o terceiro depósito, será superior a R\$ 1.550,00.
67. Segundo a Lei Orgânica do Município de Triunfo, os bens da cidade compreendem os imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.
68. A cantina da Escola Theta possui uma jarra de suco com o formato de um tronco de cone reto. Um professor de geometria desafiou os estudantes de uma turma a calcular o volume dessa jarra. A área total da jarra é conhecida e igual a 120π cm². Os raios das bases da jarra são 4 cm e 7 cm, respectivamente. Se os alunos fizerem os cálculos corretos, eles encontrarão que o volume da jarra é igual a 124π cm³.
69. Uma loja de roupas decidiu realizar uma promoção especial, oferecendo descontos aos seus clientes. Antes de aplicar um desconto de 30% em todas as peças, a loja aumentou os preços em 20%. Nessa situação, é correto afirmar que o desconto real oferecido pela loja foi superior a 10%.
70. A colocação do pronome oblíquo átono está conforme as normas da gramática padrão em "Deus ouça-te!" e em "Eles tinham avisado-nos".
71. A sede de Triunfo tem categoria de cidade, ao passo que a sede do Distrito tem categoria de Vila Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município de Triunfo.
72. As sentenças "Não se faz mais carro como antigamente" e "Precisa-se de trabalhador capacitado", com os termos destacados passados para o plural, ficariam, sem prejuízo à correção gramatical, "Não se fazem mais carros como antigamente" e "Precisa-se de trabalhadores capacitados".
73. São acentuados pela regra do hiato, da monossílaba tônica e da proparoxítona, respectivamente, os termos "caído", "só" e "bíceps".
74. Uma empreiteira está construindo um parque aquático e precisa determinar as dimensões de uma piscina em forma de retângulo. A área total disponível para a piscina é de 600 metros quadrados. A empresa quer maximizar a área da piscina, considerando que um dos lados será 10 metros maior que o outro. Assim, é correto afirmar que o maior lado dessa piscina é igual a 40 m.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 61 a 80)

Julgue os itens que se seguem.

61. Segundo a CF/88, compete à União permitir, nos casos determinados por lei ordinária, que forças estrangeiras transitem no território nacional.
62. Maria está organizando uma festa em sua casa e precisa encher uma piscina com água. Ela percebe que a piscina demora muito para encher completamente, começando do estado vazio usando uma mangueira. Para agilizar o processo, Maria decide ligar duas mangueiras ao mesmo tempo. A primeira mangueira leva 5 horas para encher a piscina quando ela está vazia, e a segunda mangueira leva 7 horas. Considerando que ambas as mangueiras estão ligadas simultaneamente e a piscina estando vazia, é correto afirmar que a piscina estará completamente cheia em 2 horas e 55 minutos.

75. Nas formas verbais “caia” e “caía”, a ausência e a presença de acento se justificam, respectivamente, por se tratar de uma paroxítona terminada em “a”, na primeira; e devido ao “i” tônico na segunda vogal do hiato, no segundo termo.
76. É competência privativa da União legislar sobre desapropriação, conforme disposto na CF/88.
77. Na frase “Ajudou a todos quando pôde, portanto era respeitado por qualquer pessoa”, o conectivo destacado pode, sem alteração de sentido, ser substituído por “conquanto”.
78. Um estudante de geometria desenhou numa folha de papel um triângulo retângulo e uma circunferência inscrita nele. Se em seu desenho o ponto de contato entre a hipotenusa e a circunferência determina na hipotenusa segmentos de 4 cm e 6 cm, então a área do triângulo que o estudante desenhou é um valor inferior a 14 cm^2 .
79. Um estudante da rede municipal de ensino se deparou com o seguinte problema de estatística: em um grupo de n números aleatórios, a média aritmética é igual a 290. Ao retirar o número 100 desse grupo, a média aumenta para 300. O estudante fez seus cálculos e encontrou o valor de n igual a 10. Com base nisso, podemos afirmar que a resposta do estudante está correta.
80. De acordo com a CF/88, é competência privativa dos Estados e Municípios legislar sobre registros públicos.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO